



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE

VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

**GENEALOGIA FOUCAULTINA: A SURDEZ DA MENTE**

Adriana Cristina de Castro  
UFU- PPGED  
[adridesle@yahoo.com.br](mailto:adridesle@yahoo.com.br)

## **RESUMO**

Este artigo objetiva investigar a trajetória escolar das pessoas surdas, perpassando pela segregação, institucionalização, integração, inclusão até a militância por uma educação bilíngue, cuja primeira língua é a Libras. Além disso, discorreremos sobre as abordagens metodológicas que foram implementadas e suas consequências pedagógicas e políticas, para construção cultural e social do sujeito surdo enquanto cidadão. Diante de um contexto de uma cultura ouvintista, a oralização do surdo se fez necessária, disseminando durante anos um currículo escolar excludente. Para Foucault (2005), os dispositivos de poder operam no controle dos corpos e da alma serão exercidos por instituições como escola, exército, oficina, asilo, prisão etc. Desta forma, a atuação deste poder agia com o intuito de docilizar, adestrar os corpos tornando-os úteis ao capitalismo emergente.

**Palavra Chave:** Escolarização de Surdos- Genealogia dos Corpos-Michel Foucault

**Eixo Temático:** 02-Práticas pedagógicas e psicopedagógicas na perspectiva da diferença humana.

## **INTRODUÇÃO**

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas do processo de escolarização, assinalando, desta maneira, a educação especial no Brasil como segregacionista e assistencialista, fato este que contribuiu para o isolamento escolar e social destas pessoas. Assim, as pessoas com deficiência tiveram o seu direito educacional e profissional negligenciado por muitos anos, e, como consequência, impossibilitadas de exercerem o papel cidadão que lhes cabia de direito e de fato. (SILVA, 1987).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

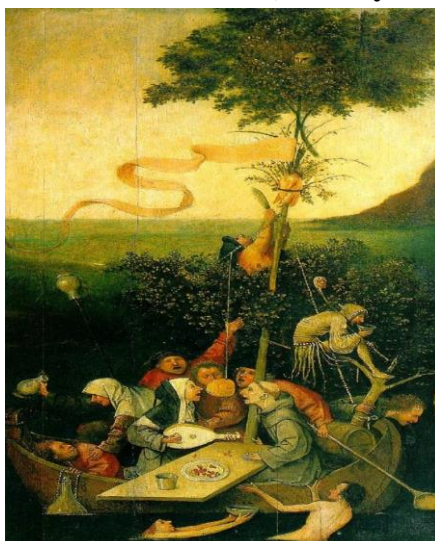
**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade***

Segundo Soares (1999), desde a antiguidade, seguindo os preceitos de Aristóteles, acreditava-se que os surdos seriam incapazes de aprender, apesar de emitirem sons não poderiam falar, pois os conteúdos da consciência passavam primeiro por órgãos sensoriais, sendo o ouvido um importante órgão neste processo.

No entanto, nos primeiros séculos da Idade Média, a Igreja Católica mantinha em caráter caritativo, instituições como hospitais e asilos; para esses lugares eram enviados doentes, pessoas com deficiência e idosos. Segundo Sanches & Arruda (2014), esse movimento foi denominado de segregação institucional, onde pessoas com desvio de comportamento padrão esperado pela sociedade ficavam enclausuradas. Essas instituições “[...] serviram também de abrigo para pessoas impossibilitadas de promover seu próprio sustento devido a sérias limitações físicas e sensoriais” (SILVA, 1986, p.204).

Segundo Foucault (2005), nesse período quem não se ajustava aos padrões impostos pela sociedade os loucos, leprosos, pessoas que possuíam doenças sexuais, pobres, pessoas com deficiência, eram excluídos e colocados em navios para ser desembarcados longe da cidade, pois não havia espaço nos hospitais e prisões para essas pessoas. A loucura era um tipo de saber que ia na contramão da razão. O quadro do pintor Bosch retrata esse período:

**Imagem 01: O Navio dos Loucos (Hieronymus Bosch)**



Fonte: Retirado da capa do livro: História da Loucura- Michel Foucault



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

De acordo Feier (2019), para Foucault a concepção de loucura irá mudar conforme o período histórico, ultrapassando os dispositivos políticos e sociais de controle, na Europa medieval é a religião que toma o “cabresto” dos ambientes destinando aos exilados, excluídos socialmente. Desta maneira no século XV, as instituições religiosas, usavam

[...] deste artifício um tanto quanto novo da chamada loucura, para se autopromover, através do pensamento, da pessoa, das doações e ‘bondades’ que está pode ocasionar nos ambientes destinados a normalização destes indivíduos insanos. Seus fiéis agora passaram a fazer oferendas destinadas a um bem específico, que era a manutenção destas casas de correção. (FEIER, 2019, p.116)

Isso era uma contradição para Foucault (2005), se o louco no período medieval era considerado personagem sagrada, porque era possuído de espíritos maus, isso era uma falácia. Pois, para sociedade esse indivíduo carecia da caridade devido sua situação miserável, como qualquer outro que se encontrasse naquela condição, “exalava” a pobreza.

Neste momento a loucura faz parte da Europa, e passou com tempo grandes transformações, nos parece que ela foi criada, transformou-se o pobre em um sujeito expurgado pela sociedade, depois o isolou com doentes e leprosos, deste momento de isolamento para a loucura, a distância era insignificante e seria ultrapassada a qualquer instante. (FEIES, 2019, p.120)

Com o advento do renascimento, movimento cultural que se espalhou por toda Europa, e com a crise do Sistema Feudal há uma mudança na mentalidade do homem que passa a ser o centro do universo, de uma concepção teocêntrica para uma antropocêntrica. Isso permitiu um avanço na ciência e, conseqüentemente, na medicina, possibilitando o estudo do corpo humano e a fala dos surdos. Para Foucault (2005), neste período, a soberania se concentra no rei, com duas formas distintas de poder: a “série corpo” e a “série população”. Para tanto, até o século XVIII a “série-corpo” era exercida pela relação organismo-disciplina-instituições, desta forma, o rei decide sobre a vida e sobre a morte. Diante de “fazer morrer e deixar viver” o rei assume uma conduta ativa quando usa seu poder por meio do terror, medo e da morte, e uma conduta passiva quando ele deixa viver.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

“O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar”. (FOUCAULT, 2005, p. 286)

Desta forma, o poder soberano se inverte, quando o rei age de forma ativa fazendo viver, e quando ele atua de forma passiva deixa morrer. Assim, no “fazer viver e deixar morrer”, o governante por meio do biopoder, gerencia a população quando ele faz políticas públicas para potencialização da vida. Além disso, “depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma "biopolítica" da espécie humana”. (FOUCAULT, 2005, p.289)

Nos séculos XIX e XX há um rearranjo na estrutura dialógica do poder numa tentativa de normalizar a população, surge então a “série-população” que é uma relação população-processos biológicos-mecanismos reguladores. Neste sentido, no Estado moderno racionalizado e burocrático, o governo passa a gerir a população se apropria do corpo biológico das massas em geral. Para tanto, a gestão do governo utiliza-se da medicina para normalização da população, estruturando para isso campanhas de medicalização e higienização pública. Desta forma, mantêm o equilíbrio das populações por meio de políticas de promoção da vida e da saúde e mecanismos reguladores de controle: de endemias, da natalidade e da mortalidade, da sexualidade e das incapacidades biológicas etc. Assim, o biopoder, regulado pelo Estado, define seu campo de atuação científico, político e biológico gerenciando não só a população como seu corpo. (FOUCAULT, 2005)

Portanto, a concepção de corpo está imbricada num campo político, cujas relações de poder influenciam sobre ele; comandando, dirigindo e sujeitando-os ao trabalho. Para o autor, o corpo se transforma em “força útil”, produtiva, porém submissa. Essa sujeição não é violenta, é sutil, não utiliza arma nem terror. “Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo.” (FOUCAULT, 1999, p. 29)

É um jogo político subliminar, ou seja, uma microfísica do poder articulada por aparelhos e instituições, manifestando um “corpo político” como conjunto dos dispositivos materiais ou punitivos que servem de armas para as relações de poder e de saber que aprisionam os corpos humanos

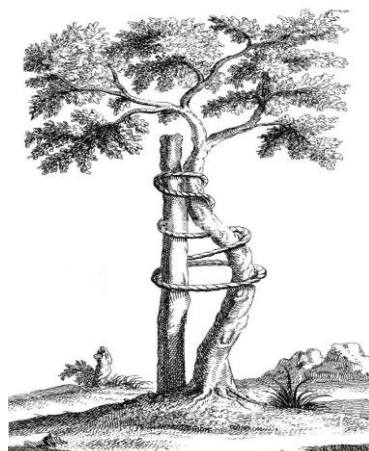


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade***

mantendo sob sua tutela a alma e a suas vontades. A ilustração da árvore com a tala, símbolo da ortopedia, representa que o anormal, ou seja, o que é fora do padrão precisa ser reparado, concertado psicologicamente, fisicamente e comportamentalmente.

**Imagem 02: A Ortopedia ou a arte de prevenir e corrigir, nas crianças, as deformidades do Corpo, 1749**



Fonte: FOUCAULT, 1999, p.54

Diante deste contexto, o avanço da ciência e a evolução da medicina não só a surdez como outras deficiências ganham um caráter clínico. Segundo Gesser (2009), nesta concepção a surdez assume uma forma patológica, e a pessoa com essa deficiência precisa ser curada. Essa visão clínico-terapêutica tenta normalizar o surdo adequando-o na sociedade majoritária ouvinte. Pois “[...] o “normal” é ouvir, o que diverge deste padrão deve ser corrigido “normalizado” [...] com um discurso tão forte reforçado pela grande maioria, fica difícil pensar a surdez sob outro prisma, ou seja, pensar a surdez como *diferença*.” (GESSER, 2009, p.63).

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser de ordem física. (FOUCAULT, 1987, p.29)

Logo o poder que permeia o século XVIII tem sua origem concomitante com a sociedade burguesa, que terá como dispositivos de controle as instituições como escola, exército, oficina, prisão etc. Assim, a exercício deste poder era de docilizar, adestrar os corpos tornando-os de grande serventia ao capitalismo emergente.

### **1. Retrospectiva histórica da Escolarização dos Surdos**

A concepção “medicamentosa”, caridosa da deficiência que vem desde a segunda metade do século XVI, permanece presente nos tempos atuais, inclusive nos projetos educacionais para atendimento aos estudantes surdos. Nesta perspectiva, os surdos são vistos como:

[...] pessoas geralmente colocadas às margens do mundo econômico, social, cultural, educacional e político; pessoas narradas como deficientes e incapazes, desapropriadas de seus direitos e das possibilidades de escolhas. A situação a que estão submetidos os surdos, suas comunidades e suas organizações, no Brasil e no mundo, têm muita história de opressão para contar. (SÁ, 2006, p.16)

Esta visão de correção dos corpos era um dos dispositivo de normalização utilizado para área da educação, e a responsabilidade da ministração das aulas para estudantes surdos ficavam a cargo dos médicos, religiosos, estudiosos da língua e preceptores (Ponce de Leon e Bonet na Espanha e Helmont, na Holanda). O primeiro a teorizar que o surdo poderia aprender por meio da escrita foi o médico Girolamo Cardano, para ele a surdez não era responsável por modificar a inteligência. Entretanto, o ensino da leitura e da escrita para surdos, desde o princípio, não correspondia à educação dos ouvintes. Além disso, essa educação tinha caráter classista destinada à nobreza, que podia pagar os preceptores, já em outros países, como a Inglaterra e Holanda, negociante abastado possuidores de certo poder podia, também, usufruir destes serviços. (BUENO 1993; MARCON, et al., 2011; SOARES, 1999). Outro médico que se destacou na educação dos surdos foi o francês Laurent Joubert, para ele o mestre deveria ter paciência e cuidado, começando com palavras simples para as



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

complexas, ressaltando as expressões faciais, desta forma, a criança surda poderia aprender a “falar mesmo sem ouvir”. (MULLETT *apud* SILVA, 1986, p.228)

Nesta perspectiva, “[...] agora é o médico quem avalia e prescreve a forma pela qual a sociedade deve se proceder em relação às pessoas com deficiência. O médico é o novo árbitro do destino da pessoa com deficiência. “Ele julga, ele salva, ele condena” (PESSOTTI, 1984, p. 68).

Posteriormente, na transição do sistema feudal para o capitalismo, correspondendo ao ideal liberal de oportunidades educacionais para todos, houve uma ampliação destas instituições, “[...] o que ocorreu, na verdade, foi o isolamento daqueles que interferiam e atrapalhavam o desenvolvimento da nova forma de organização social, baseada na homogeneização e na racionalização” (BUENO, 1993, p.63,64-69). Esses locais eram asilo - escola - oficina, onde os internos exerciam trabalhos manuais de forma forçada, tornando-o tedioso, em troca de uma remuneração que, na maioria das vezes, era para custear as despesas de moradia e alimentação.

Mas, a educação institucionalizada para os surdos, de caráter assistencialista, só iria ocorrer na modernidade no séc. XVIII, na França. Sob um clima iluminista da Revolução Francesa, em 1760, o Abade L’ Epée funda o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, cujo método utilizado era o gestual, sua intenção era uma instrução rápida e profissionalizante, que permitisse aos surdos se tornarem “úteis manualmente à sociedade”. Atendendo aos anseios da nova configuração das fábricas surgidas na modernidade. (SOARES, 1999)

Neste sentido, segundo Bueno (1993), com essas instituições criadas para surdos e cegos, a burguesia objetivava a resolução de dois problemas: separar os “desajustados” do convívio social e torná-los meramente produtivos ao capitalismo.

[...] aos cegos e aos surdos pobres se reservava trabalho manual imbecilizante, um arremedo de salário quando muito, ou senão um catre e um prato de comida. Os que não tiveram o infortúnio de nascerem pobres marca muito mais significativa do que a surdez e a cegueira, apesar de sofrerem limitações impostas por suas deficiências, puderam, contudo, usufruir da vida familiar e da riqueza produzida. (BUENO, 1993, p.70)

Portanto, “[...] -a situação desses dois tipos de deficientes, em verdade, era muito semelhante: mão de obra manual e barata, reunida em instituições que retirava os desocupados da rua e os encaminhava para o trabalho obrigatório.” (BUENO, 1993, p.69).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade***

Segundo Sá (2006, p.72), a história contada sobre a educação dos surdos exalta o abade L'Épée e seus sucessores, marcando o “início das práticas de agrupamento de surdos em instituições, primeiramente chamadas asilos e depois, escolas”. Nesta perspectiva, os benfeitores destacam-se pelos seus feitos, mas ocultam a prática social de segregar os diferentes.

## **2. A educação de surdos no Brasil**

A partir da metade do século XIX, foram criadas no Rio de Janeiro as primeiras instituições voltadas para a educação das pessoas com deficiência no Brasil. Ancoradas numa filosofia institucionalizada surgiram duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, o atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). Nestas instituições o ensino se limitava a instrução primária, priorizando o ensino profissionalizante, no intuito de torná-los aptos e “normais” para o mundo do trabalho. (BUENO, 1993; ROCHA, 2007).

Devido ao fato da maioria dos surdos pertencerem a famílias pobres, sem condições de custear as despesas relativas à educação, em 1855, E. Huet apresenta um relatório ao imperador D. Pedro II, para criação de um estabelecimento para surdos, contendo duas propostas: na primeira “o colégio seria propriedade livre (particular), com uma concessão de bolsas e alguma subvenção por parte do Império; em outra, as despesas totais seriam assumidas pelo Império (pública). Caberia ao imperador à decisão.” Embora, apesar de ter apresentado duas propostas, devido a sua experiência no ensino de surdos na França, Huet era a favor do modelo privado com subvenção nacional e particular. (ROCHA, 2007, p. 28).

Portanto, em 1 de janeiro de 1856 foi criado Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM). De acordo com os estudos de Rocha (2007) e Bueno (1993), as condições higiênicas do Instituto não eram favoráveis à saúde dos alunos e suas instalações eram péssimas apresentando várias deteriorações; apesar de apresentar um quadro semelhante ao das instituições francesas, havia uma diferença básica: o instituto parisiense se destinava à formação de oficinas de trabalho, enquanto aos seus similares brasileiros, tenderam-se a asilo para inválidos. Ao constatar essa realidade brasileira,





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

Fernando Tôrres, ministro do Império, em 1869, designou o médico sanitarista Dr. Tobias Rabello Leite para o cargo de diretor do INSM.

Segundo Tobias Leite, em seu Parecer, a educação dos surdos deveria se limitar à instrução primária, priorizando o ensino profissionalizante, no caso do Brasil, por ser um país com uma economia voltada para monocultura, o ensino mais indicado seria o agrícola. Posteriormente, o instituto iria oferecer outros cursos de caráter artesanal como sapateiro, encadernação; e, para as meninas surdas, o curso de corte e costura formando senhoras de boa índole e prendadas. (BUENO, 1993; ROCHA, 2007, SOARES, 1999).

**Imagem 03: Oficina de Marcenaria do INES**



Fonte: ROCHA (2007)

**Imagem 04: Oficina de Sapataria do INES**



Fonte: ROCHA (2007)

Podemos observar nos relatos de Menezes Vieira, discípulo de Tobias Leite, que o mais importante era aprender a falar do que aprender a escrever, pois a população brasileira escravocrata, a maioria era analfabeta, portanto, o ensino para surdo, o mais indicado, seria aquele que o inserisse na sociedade, onde o meio de comunicação fosse à língua oral, preparando-o para o trabalho manual (BUENO, 1993; SOARES, 1999).

Assim, ao longo da história, a educação dos surdos sempre esteve vinculada a condições socioeconômicas, pois na Idade Média, somente famílias abastadas da corte podiam pagar preceptores para ensinar seus filhos, que apresentavam problemas com a fala e a audição. No Brasil, não era diferente, no INSM, segundo SOARES (1999) e ROCHA (2007), eram reservadas 100 vagas para alunos internos, cujo valor de cada mensalidade girava em torno de 500 réis por ano, somente alunos externos não precisavam pagar. O governo, ainda, reservava 30 vagas gratuitas para alunos internos.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

A idade mínima para se matricular no Instituto era entre nove e catorze anos, e quando completasse dezoito anos tinham que deixar o instituto.

Essa dicotomia entre educação e trabalho sempre esteve atrelada aos interesses da elite brasileira, que atinge seu ápice na década de 1930, quando o país agrário-exportador passa a ser industrializado. Mas, para que esse processo se concretizasse, era necessária a escolarização da população brasileira, correspondendo ao desafio de inserir o país no movimento capitalista emergente de expansão urbana e industrial. Nessa perspectiva, o modelo de ensino brasileiro mantinha seu caráter dualista, observado desde o início da colonização, só que agora: o primário e profissionalizante era para as camadas mais pobres, servindo de mão de obra barata para as indústrias e, uma formação secundária e superior para elite e classe média (ROMANELLI, 2010).

Esse estigma apresentado, ainda apresenta vestígios na atualidade, pois a formação técnica meramente para inserção no mercado de trabalho, segundo Sá (2006), é proveniente do fracasso escolar da educação dos surdos aliada a um ensino excludente, que busca aproximar o surdo o mais possível do ouvinte. Não somente no Brasil, mas, também, em outros países, muitos surdos não conseguem progredir em seus estudos e desta forma, são alvos de uma educação meramente profissional, treinados para o mercado de trabalho, mantidos desinformados, enfim, impedidos de exercer a sua cidadania.

### **3. Concepções de surdez: as diferentes abordagens sobre a educação dos surdos**

A trajetória educacional do surdo foi fortemente marcada por uma imposição cultural ouvintista, priorizando o trabalho clínico em relação ao pedagógico, para tanto o saber escolar, segundo Soares (1999), era deixado em segundo plano. Para Rocha (2007), o auge desta dominação ouvintista foi o Congresso de Milão em 1880, neste evento uma maioria de ouvintes representados por Institutos da Europa e das Américas, vota em prol de uma modalidade de ensino para surdos que contemplasse a modalidade “oral”, considerada pelos participantes do congresso como superior à língua de sinais.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

A primeira medida, que as instituições para surdos fizeram para proibir a língua de sinais, foi obrigar os alunos surdos a sentarem sobre suas mãos. Em seguida, removeram “[...] pequenas janelas das portas das salas de aula para impedir a comunicação sinalizada entre os alunos. Os professores surdos e seus auxiliares deveriam deixar as escolas e os institutos” (SKLIAR, 2010, P.38).

Entretanto, o oralismo foi amplamente criticado pelo fracasso escolar, linguístico e cognitivo da criança surda, impondo a ela uma linguagem que não lhe é natural, impedindo-a, de certa forma, de efetuar uma comunicação gestual-visual que lhe permitisse trocas sociais e constituição de sua identidade surda (GÓES, 2002).

Diante desse contexto de normalização do surdo para inseri-lo na sociedade, Skliar (2010), usa o termo de ouvintismo, para a cultura ouvinte que subjuga a cultura surda como inferior, determinando-lhes durante anos um currículo escolar excludente. Neste sentido, a negação linguística e cultural do surdo, pelo grupo majoritário de ouvintes, tenta colocar a surdez como uma patologia onde o surdo é postulado de um corpo doente/deficiente. O surdo se torna invisível e, normalmente, a comunidade ouvinte ignora o potencial gerado pelos surdos “[...] em relação ao teatro, ao brinquedo, à poesia visual, à literatura em língua de sinais, à tecnologia, que utilizam para viverem o cotidiano etc.”. (SKLIAR, 2010, p. 28-29)

Apesar de encontrarmos resquícios da abordagem oralista, durante todo processo histórico da escolarização dos surdos, ela foi substituída na década de 1970 pela Comunicação Total o “bimodalismo”, método que é uma combinação de gestos, língua de sinais, leitura orofacial, alfabeto manual, leitura e escrita, além utilização de aparelhos auditivos aproveitando os resíduos auditivos que a pessoa com deficiência auditiva pudesse ter. “A frase de ordem nos Congressos Nacionais era: não importa a forma, o que importa é o que o conteúdo passe” (SOUZA, 1996, p. 8).

Os discursos e poderes são postos em jogo. A normalização, ou seja, os surdos seriam corrigidos pela medicina, por meio da biotecnologia e pelo implante coclear<sup>1</sup>. “São discursos

---

<sup>1</sup> O primeiro implante coclear no Brasil foi realizado em 1977 e hoje são mais de 10 Centros de Implante Coclear no país custeados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. O centro mais importante realizou mais de 500 cirurgias entre 1990 e 2007 e é o que mais realiza cirurgias em crianças surdas com até dois anos de idade. (REZENDE, 2010, p.47)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

científicos e saberes médicos, ciência à qual somos assujeitados e ainda mesmo resistentes para uma tecnologia de controle dos corpos surdos”, alinhada com uma educação reabilitadora. (REZENDE, 2010, p.38). Além disso,

Após a abordagem de normalização, nas décadas de 1960 e 1970, surge a integração, nas décadas de 1980 e 1990, visando “[...] preparar alunos oriundos das classes regulares recebendo, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializadas.” (GLAT; FERNANDES, 2005, p. 37-38).

Frente a essa concepção integradora em que o estudante precisa se adaptar à escola, a abordagem que vigora atualmente na Educação Especial, tem sido a proposta de educação inclusiva, que nega perante a lei qualquer situação de exclusão, tendo como norteador a igualdade de oportunidades social e escolar.

Diante deste contexto, esse movimento tem caráter mundial, apresenta como princípio a democratização do ensino regular e a valorização da diversidade. Assim, esse novo paradigma reorganiza a escola sob uma nova visão de formação docente, requerendo um professor capacitado para atuar diante aos desafios impostos pela diversidade inclusiva, pautadas na singularidade de cada um. Desenvolvendo, desta maneira, práticas contrárias à cultura tradicional e seletiva. (LIMA, 2018).

No entanto, a partir de 1998, segundo Sá (1998) houve uma “Virada Linguística, surgindo um novo paradigma na Educação dos surdos, uma verdadeira efervescência de trabalhos acadêmicos, como monografias, dissertações e teses, um movimento em prol de uma escola bilíngue estruturado pelos “estudos surdos” enaltecendo a cultura, a língua como metodologias apropriadas para o ensino e aprendizado da criança surda.

Nesse movimento, a comunidade surda conseguiu obter vários direitos legais, como o reconhecimento de sua língua, direito a intérpretes e tradutores de Libras e o acesso a uma educação bilíngue nas escolas. Assim, em consonância com as políticas públicas de inclusão a Língua de Sinais Brasileira – Libras – durante muitos anos foi considerada linguagem, em 2002, com a lei 10.436 ganhou *status* de língua para comunidade surda. Essa lei foi regulamentada em 2005, por meio do decreto n° 5626, pelo qual “[...] assinala que a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngue,



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade***

garantindo o acesso à educação por meio da língua de sinais e o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua” (QUADROS, 2006, p.17).

Diante deste cenário, a abordagem bilinguista é defendida pela comunidade surda e atua numa perspectiva de ensino recente, que vem para romper com o paradigma de exclusão, inserido o surdo na sociedade como sujeito possuidor de uma identidade e uma língua própria. Por esse viés, o surdo é entendido como ser bilíngue, cuja língua de sinais é sua língua materna e, a sua primeira língua (L1), a qual deve ser aprendida o mais cedo possível e, como segunda língua, na modalidade escrita, a língua oficial utilizada pelo grupo social majoritário, no caso do Brasil o português (L2). Portanto, tendo em vista estas colocações, privar a criança surda do direito de aprender a L1 e a L2, “[...] sob qualquer alegação, é desrespeitá-la em sua integridade” (CORREIA; FERNANDES *apud* FERNANDES, 2005, p.18).

Entretanto, segundo Skliar (2010), para uma proposta bilingue é preciso um novo olhar educacional, por meio do abandono progressivo da ideologia clínica dominante e aproximação aos paradigmas socioculturais. Essa investigação implicará em questionamentos sobre o fracasso escolar dos surdos, decorrentes da naturalização dos surdos em ouvintes, tendo consequências direta nas dificuldades de aquisição da sua língua natural, no baixo acesso dos surdos aos estudos do ensino superior, na falta de qualificação no mundo do trabalho, na construção da sua identidade, e na constituição da sua cidadania. “Porém, o abandono progressivo da ideologia clínica dominante e a aproximação aos paradigmas socioculturais, não podem ser considerados, por si só, como suficientes para afirmar a existência de um novo olhar educacional” (SKLIAR, 2010, p. 8).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Até o início do século XX a surdez era concebida pelo viés clínico-terapêutico como doença, e o surdo visto como incapaz necessitando ser curado, oralizado, ou segundo Michel Foucault (2005) ter o corpo normalizado, docilizado para ser inserido na sociedade e no mundo do trabalho. Para tanto, o governo se utiliza de mecanismo de controle para o exercício do biopoder que subjuga não só o corpo como alma dos sujeitos envolvidos neste processo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE**

**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

Atualmente, a surdez é vista, pela comunidade surda, como diferença linguística e cultural, direito este conquistado pelas militâncias políticas da comunidade surda em prol de pertencimento dos espaços escolares, acadêmicos e sociais. Entretanto, caminhamos num campo de disputa, ainda não consolidado, que demanda pesquisas e políticas em prol dos direitos ainda não conquistados.

Diante do contexto apresentado, os surdos são pertencentes a uma comunidade/cultura diferente da comunidade majoritária ouvinte e, a constituição da identidade enquanto sujeito surdo ocorrerá com interação com seus pares, pois além de ter contato de modo natural com a língua de sinais irá assimilar valores conduta da comunidade surda. Ao se tornar um instrumento de comunicação, a língua de sinais permite a troca de experiências, reflexões, crítica e posicionamento, se tornando resistência às imposições de outras comunidades/culturas dominantes (SÁ, 2006).

## **REFERÊNCIAS**

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei n.º 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto n.º 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: Integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

FEIER, A. L. **Razão e desrazão: a história da loucura de Michel Foucault-Revista Ítaca** - Periódico acadêmico administrado e editado por discentes de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro ISSN (1519-9002 | 1679-6799- 2019

FERNANDES, E. (org). **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre-RS; Editora Mediação, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2005

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR – GEPPE

VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

GLAT, R; FERNANDES, E.M. **Da educação segregada à educação inclusiva:** uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. In: Revista Inclusão nº 1, 2005, MEC/SEESP.

LIMA, O. G. **Relação entre a rede municipal de ensino e o Terceiro Setor para a escolarização das pessoas com deficiência em Manaus/AM / 2018.**

PESSOTTI, I. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP/Queiroz, 1984.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

REZENDE, P.L.F. **Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos.** Florianópolis, SC, 2010.

ROCHA, S. **O INES e a educação de surdos no Brasil:** Aspectos da trajetória do Instituto

ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 36ª ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2010.

SÁ, N. R. L. **Cultura Poder Educação de Surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006

SKILIAR, C. **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas, SP: Editores autores associados, 1999

SOUZA, C. **“Políticas Públicas: uma revisão da literatura”.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SANCHES, P.A.S; ARRUDA, A. L. M. **Educação Especial: Inclusão que gera a exclusão.** Disponível em: [http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Patricia.pdf](http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdf/educacao/v5_n1_2014/Patricia.pdf). Acesso em 23/11/20

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada:** A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: CEDAS, 1986. p.124; 130.